



Revista Contemporânea de Contabilidade
ISSN: 1807-1821
sensslin@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Siqueira Ambrozini, Luciana
Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimação
Revista Contemporânea de Contabilidade, vol. 14, núm. 31, enero-abril, 2017, pp. 3-26
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76250678002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimização

Internal and external pressures on the use of social and environmental information disclosure standards widely accepted: a corporate governance structure analysis, institutional environment and the legitimacy perspective

Las presiones internas y externas sobre el uso de normas de información de información ambiental ampliamente aceptadas: un análisis de la estructura de gobierno corporativo, institucional y perspectiva de la legitimación

Luciana Siqueira Ambrozini

Mestra em Controladoria e Contabilidade

Doutora em Administração das Organizações

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo

Endereço: Avenida Tereza Palmeira Gallon, nº425, casa 10 - Bairro Jardim Itaú

CEP: 14.040-600 – Ribeirão Preto/SP - Brasil

E-mail: lucianasiqueira@usp.br

Telefone: (16) 98817-8007

Artigo recebido em 27/01/2015. Revisado por pares em 01/04/2016. Reformulado em 13/12/2016. Recomendado para publicação em 15/01/2017 por Carlos Eduardo Facin Lavarda (Editor-Chefe). Publicado em 30/04/2017.

Resumo

O objetivo deste estudo é verificar se pressões internas, representadas pela estrutura de governança corporativa das organizações, e pressões externas, representadas pelo ambiente institucional legal e pressões exercidas por acionistas e credores, influenciam a utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais voluntárias (i.e., GRI) amplamente aceitos. A amostra é composta por 96 empresas e foi utilizada a técnica estatística da Regressão Logística para análise dos dados. Os resultados demonstraram que a estrutura de governança corporativa se apresenta como fator relevante para utilização desses padrões de divulgação. A presença de um mecanismo de governança associado à responsabilidade socioambiental exerce influência na utilização dos padrões isoladamente do conjunto de mecanismos que compõem a estrutura de governança. O ambiente institucional legal não se apresentou significativo, enquanto as pressões exercidas por credores e acionistas apresentaram-se relevantes na decisão de utilizar o padrão de divulgação em análise. Os resultados corroboram para a perspectiva da legitimização da Teoria Institucional.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; *Disclosure* voluntário; Padrões de divulgação

Abstract

The aim of this study is to verify if internal pressures represented by the corporate governance structure of organizations, and external pressures represented by the legal institutional environment and pressures exerted from shareholders and creditors influence the use of voluntary social and environmental information disclosure standards (i.e., GRI) widely accepted. The sample consists of 96 companies and it was used the statistical technique of Logistic Regression for analyzing the data. The results showed that corporate governance structure is a relevant factor for the use of these disclosure standards. The governance mechanism presence associated to socio- environmental responsibility exerts influences on the use of standards isolated from the set of mechanisms that make up the governance structure. The legal institutional environment was not significantly presented, while the exerted pressures from creditors and shareholders were relevant on taking the decision to use the disclosure standard under analysis. The results corroborate with the Institutional Theory legitimacy perspective.

Keywords: Social responsibility; Voluntary disclosure; Disclosure standards

Resumen

El objetivo de este estudio es verificar que las presiones internas, representados por la estructura de gobierno corporativo de las organizaciones, y la presión externa, representada por el entorno institucional legal y la presión de los accionistas y acreedores, influyen en el uso de la divulgación voluntaria de las normas de información socio ambiental (i.e. GRI) ampliamente aceptado. La muestra se compone de 96 empresas y se ha utilizado la técnica estadística de regresión logística para analizar los datos. Los resultados mostraron que la estructura de gobierno corporativo se presenta como un factor relevante para el uso de estas normas de divulgación. La presencia de un mecanismo de gestión asociado con la responsabilidad socio ambiental influye en el uso de las normas de forma aislada del conjunto de mecanismos que componen la estructura de gobierno. El entorno institucional legal no aparecerá significativo, ya que la presión de los acreedores y accionistas tuvo que ser relevante

en la decisión de utilizar el estándar de información de la opinión. Los resultados corroboran el punto de vista de la legitimación de la Teoría Institucional.

Palabras clave: Responsabilidad socio ambiental; Divulgación voluntaria; Normas de información

1 Introdução

Questões associadas à responsabilidade ambiental têm-se apresentado relevantes, apesar de não serem regulamentadas na maioria dos países. Apesar da não obrigatoriedade, várias empresas têm optado pela divulgação voluntária deste tipo de informação, tornando relevantes os estudos que focam os efeitos dos aspectos institucionais neste contexto (AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011; LUO; LAN; TANG, 2012).

Diversos são os fatores associados à divulgação de informações sobre a responsabilidade socioambiental corporativa - CSR. Cita-se a estrutura da governança corporativa, tamanho, setor, rentabilidade, idade (BARAKAT; PÉREZ; ARIZA, 2014). Filatotchev e Nakajima (2014) destacam que nos estudos que utilizam construtos relacionados à governança corporativa (i.e., *disclosure*), o *framework* principal-agente tem sido predominante. Desta maneira, eles sugerem que, ao se utilizar o princípio da supremacia dos acionistas, poucas são as oportunidades de se discutir políticas de engajamento de *stakeholders* ou o reconhecimento formal das demandas destes no conjunto de objetivos gerenciais.

Baysinger e Hoskisson (1990) observaram que organizações com *stakeholders* conscientes das ações dos conselhos, e que têm investidores socialmente responsáveis, tendem a recorrer a mecanismos de governança que focam também a perspectiva estratégica (i.e., sustentabilidades de longo prazo; suporte aos *stakeholders*) e não apenas perspectivas financeiras de curto prazo, demonstrando, assim, que a composição da estrutura de governança pode alterar a opção de práticas e estratégias a serem adotadas.

Conforme Ntim e Soobaroyen (2013), a Nova Teoria Institucional não tem sido aplicada com frequência em nível organizacional de análises que relacionam governança corporativa e responsabilidade socioambiental, sendo que esta aplicação é relevante considerando-se a rápida difusão global e/ou imposição de práticas relacionadas à CSR nas últimas décadas.

Na Teoria Institucional, a perspectiva da legitimidade sugere algumas extensões para o entendimento das possíveis ligações entre governança corporativa, liderança responsável e CSR. Tal observação tem origem também no aumento da atenção ao papel global das instituições, como o Acordo Global das Nações Unidas, e processos de institucionalização de códigos de conduta e divulgação (i.e., *Global Reporting Initiative – GRI*) para negócios globais e suas cadeias de valores (FILATOTCHEV; NAKAJIMA, 2014).

Para Filatotchev e Nakajima (2014) ainda não está claro como a exposição à lógica institucional múltipla (i.e., Acordo Global das Nações Unidas) afeta o processo de legitimização de práticas organizacionais e suas implicações para a governança e a responsabilidade socioambiental corporativa.

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é a estrutura conceitual mais conhecida para a divulgação voluntária da performance ambiental e social das organizações e tem sido institucionalizada com sucesso por fazer parte das rotinas e práticas operacionais de centenas

de empresas no mundo todo (BROWN; DE JONG; LESSINDRENSKA, 2009; LEVY; BROWN; DE JONG, 2009).

Para Levy, Brown e de Jong (2010) o relatório GRI tem ganhado legitimidade difundida não apenas pela conformidade das organizações, mas também pela obtenção do reconhecimento oficial por agências governamentais e organizações multilaterais como as Nações Unidas.

Considerando que a decisão de aplicar atividades relacionadas à CSR tem origem nas atividades dos conselhos e da alta gestão (HANIFFA; COOKE, 2005; MICHELON; PARBONETTI, 2012), e considerando também o ambiente institucional legal no qual a organização está inserida, o presente artigo pretende contribuir para a resposta da seguinte questão: *aspectos da governança corporativa, a pressão exercida por credores e acionistas e o ambiente institucional legal influenciam a decisão organizacional de adotar o padrão de divulgação da GRI para relatórios socioambientais?*

Desta maneira, o presente estudo objetiva verificar se (i) a adoção de estrutura de governança corporativa mais próxima às indicações de boas práticas, bem como com a presença de um comitê relacionado à sustentabilidade e (ii) as pressões externas de credores, acionistas e do ambiente institucional influenciam a decisão pela utilização do padrão de relatório GRI para a divulgação de práticas associadas à CSR.

Assim, pretende-se discutir possíveis fatores que levam à utilização do padrão GRI de divulgação de informações socioambientais por uma perspectiva de legitimidade a partir da Teoria Institucional.

2 Teoria Institucional

O conceito de “instituições” geralmente se refere às crenças, normas, e práticas socioeconômicas aceitas como as práticas de educação, legislação, política, religião e trabalho (JUDGE; DOUGLAS; KUTAN, 2008).

Tais instituições podem ser formais (i.e., legislação e regulamentação) ou informais (i.e., normas e convenções), sendo que as instituições econômicas têm foco na determinação dos motivos que levam os membros de uma sociedade a engajar-se em determinada atividade econômica (JUDGE; DOUGLAS; KUTAN, 2008; NTIM; SOOBAROYEN, 2013).

Conforme Ahrens, Filatotchev e Thomsen (2011), duas linhas principais da Teoria Institucional moldam as pesquisas atuais, sendo que uma se refere à ciência política e econômica fundamentada no trabalho de North (1990), e outra linha fundamentada na sociologia e teoria organizacional, ilustrada no trabalho de Dacin, Goodstein e Scott (2002).

A abordagem da ciência política e econômica assume que as ações estratégicas dos gestores e organizações são resultado de ‘cálculos’ estratégicos que promovam ganhos nas transações, enquanto na segunda abordagem o comportamento organizacional e individual tende a ser direcionado menos por regras e procedimentos formais, e mais por questões sociais que estruturam os significados que guiam a tomada de decisão (AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011).

Diferentemente da abordagem econômica fundamentada na eficiência econômica e maximização dos interesses próprios pela competição por recursos, na abordagem sociológica é sugerido que existe a procura pela legitimação social ou a aprovação pelo direito de existir, sendo a legitimação vista como um motivo relacional, uma vez que é considerada a percepção de como as ações da firma são percebidas pelos demais indivíduos (AGUILERA et al.; 2007; NTIM, SOOBAROYEN, 2013).

A nova economia institucional enfatiza três níveis de análise: instituições sociais ou globais, estruturas de governança e atores, sendo que cada uma destas pode afetar e ser afetada por forças de difusão e/ou imposição de normas e práticas institucionais, tendo os atores dos três níveis ações recíprocas que criam similaridades na estrutura e, portanto, na ação (DACIN; GOODSTEIN; SCOTT, 2002; JUDGE; LI; PINSKER, 2010; NTIM; SOBOROYENM, 2013).

Um dos recursos fundamentais das organizações econômicas está em reter ou ganhar o direito de existir e a legitimidade de suas operações, sendo que tal legitimidade existe se o sistema de valores da organização está em consonância com o sistema social mais amplo (SUCHMAN, 1995).

Desta maneira, a capacidade da organização de atingir a aceitação social está associada às suas habilidades de demonstrar responsabilidade moral e/ou relacional sobre valores de ordem maior, sobre os interesses dos *stakeholders* e sobre as expectativas sociais, já que o principal meio para se obter legitimidade está em aceitar as normas, regras, convenções e práticas institucionais nas operações da organização (AGUILERA et al., 2007; DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Conforme Filatotchev e Nakajima (2014), pela perspectiva da Teoria Institucional as instituições regulamentadoras, normativas e cognitivas impõem pressões nas organizações para competirem não apenas por eficiência econômica, mas também leva as organizações a estar em conformidade com o comportamento social esperado e com as demandas dos variados grupos de *stakeholders*.

Nos termos de Suchman (1995), tal legitimidade pode ser entendida como a percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas e apropriadas aos sistemas de normas, valores, crenças e definições.

2.1 Teoria Institucional e Responsabilidade Socioambiental Corporativa

As questões relacionadas à responsabilidade socioambiental (i.e., CSR) têm se tornado um tópico difuso na literatura de negócios. Apesar da abordagem que observa o papel das instituições não ter sido considerada com frequência, ela foi observada apenas a partir de meados dos anos 2000 (BRAMMER; JACKSON; MATTEN, 2012).

Aguilera et al. (2007) destacam que recentes desenvolvimentos teóricos sugerem que o crescimento substancial em atividades relacionadas à CSR pode ser explicado pelo contexto e pela teoria institucional, por meio de análises das motivações instrumentais, relacionais e morais, tanto no nível individual como no organizacional, nacional e transnacional.

Brammer, Jackson e Matten (2012) argumentam que, ao invés de analisar a CSR puramente como uma ação voluntária, a Teoria Institucional sugere que a CSR seja colocada num campo mais amplo da governança econômica, caracterizada por diferentes modos, incluindo aspectos de mercado, de regulamentação governamental, ou ainda estabelecidas por formas coletivas de autorregulação.

Para Ntim e Soobaroyen (2013) a nova Teoria Institucional sugere que forças institucionais (i.e., econômica, política e social) podem interagir facilitando, limitando e/ou difundindo as práticas corporativas, sendo demonstrado na literatura que estes antecedentes institucionais têm origem na legitimação moral ou relacional e na eficiência instrumental.

Os autores sugerem que pressões institucionais regulamentadoras podem impor que unidades econômicas ajam em conformidade com o comportamento social e os padrões internacionais esperados, uma vez que tal conformidade pode aumentar a legitimidade e a aceitação social.

Neste sentido, Aguilera et al. (2007) argumentam que a conformidade com as boas práticas de CSR, na forma de maior nível de divulgação destas informações, pode facilitar a congruência dos objetivos e normas corporativos com aqueles da sociedade, aumentando, assim, a legitimidade organizacional.

Os autores argumentam ainda que, similarmente, a necessidade de manter boas relações com diversos *stakeholders*, também no sentido de aumentar a legitimidade corporativa, pode influenciar os atores econômicos a exercer ou mimetizar um comportamento social aceito.

Desta maneira, Freeman e Reed (1983) destacam que o envolvimento em atividades de CSR por parte da corporação pode, estrategicamente, aumentar a legitimidade organizacional por fazer com que a organização ganhe suporte de *stakeholders* que possivelmente exerçam algum poder sobre as organizações, como governantes, políticos, acionistas e sindicatos.

Complementarmente, Ntim e Soobaroyen (2013) argumentam que a perspectiva da eficiência, ou perspectiva instrumental da nova Teoria Institucional, prevê que pressões institucionais regulamentares, cognitivas e normativas podem fazer com que as organizações concorram por recursos críticos para assegurar os interesses dos acionistas e maximizar a *performance*.

Conforme os autores supracitados, os investimentos em atividades socialmente responsáveis podem aumentar a eficiência por reduzir custos econômicos, sociais, ambientais e políticos, mas também por aumentar o acesso a recursos críticos como recursos financeiros, contratos, mão-de-obra, e gestão de habilidades relevantes para a organização.

Filatotchev e Nakajima (2014) argumentam que as diferenças dos contextos culturais e institucionais também têm implicações relevantes na escolha da abordagem estratégica relacionada à CSR, uma vez que afetam a percepção dos líderes a respeito da legitimidade dos grupos de *stakeholders*.

Neste sentido, Deegan (2002) destaca que a literatura provê evidências de que o reporte social e ambiental da corporação é motivado pelo desejo dos gestores de legitimar vários aspectos de sua organização, o que é uma estratégia de grande valorização dela.

Filatotchev e Nakajima (2014) argumentam que as pesquisas contendo o tripé instituições, pressões e firma sugerem que esta perspectiva deve ter implicações para a governança corporativa e suas associações com uma liderança responsável e estratégias relacionadas à CSR.

Para os autores, a questão moral e a legitimidade relacional devem levar a mudanças nas práticas e processos de governança corporativa, como a adoção de um comitê associado à sustentabilidade, incorporando, assim, mecanismos associados aos *stakeholders* em sua estrutura formal de governança.

2.2 Governança corporativa pela abordagem institucional

Conforme Ahrens, Filatotchev e Thomsen (2011), uma fatia desproporcional da literatura empírica sobre governança corporativa tem sido estruturada nos termos da Teoria da Agência, sendo exploradas as diferentes ligações entre práticas de governança corporativa e a *performance* das organizações.

Apesar da relevância desses estudos, Judge (2009) destaca que a Teoria da Agência apresenta algumas limitações como a não consideração do contexto ambiental, limitando seu poder explicativo em ambientes que não são anglo-saxões e em países em desenvolvimento. Por sua vez, Filatotchev e Boyd (2009) colocam a perspectiva de agência como limitada por não considerar os interesses das demais partes com que a organização se relaciona.

Conforme argumentado por Ahrens, Filatotchev e Thomsen (2011), fatores institucionais podem ajudar a explicar ambiguidades associadas a diferentes fatores de governança, como propriedade concentrada e controle familiar.

Neste sentido, Filatotchev e Nakajima (2014) argumentam que, ao se considerar a Teoria da Agência, a eficiência de vários mecanismos de governança corporativa é estudada a partir da perspectiva de acionistas que investem recursos e visam o máximo retorno de seus investimentos, tendo a governança corporativa apenas o papel de monitorar as decisões da gestão.

A partir da abordagem institucional, argumenta-se que os aspectos "estruturais" de boa parte das pesquisas em governança corporativa, como legislação, regras, normas etc., ou o ambiente institucional no qual a pesquisa é desenvolvida, podem impactar seu resultado uma vez que este contexto deve influenciar aspectos da governança, como a natureza da propriedade e o envolvimento dos conselhos (AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011).

Observa-se que estudos prévios sobre padrões de governança têm focado exclusivamente no contexto institucional norte-americano, apesar da possível dificuldade de empresas de países emergentes cumprirem certos requerimentos mais acirrados relativos à transparência, propriedade e funcionamento do conselho, presentes no sistema econômico de países desenvolvidos, demonstrando a relevância de se considerar o ambiente institucional no qual a pesquisa está sendo desenvolvida (WRIGHT et al., 2005; AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011).

De forma a corroborar com a perspectiva de influência do ambiente, Hoskisson, Yiu e Kim (2004) observam que em sociedades de direito comum investidores tendem a assumir mais riscos e a utilizar mecanismos de controle do tipo *arms-length*, uma vez que a Corte pode ser açãoada caso os membros dos conselhos e gestores não ajam em função de seus interesses. Já nos países que utilizam o sistema de direito civil, os investidores tendem a recorrer às redes, sendo caracterizada uma governança de relações.

Além das questões legais, é sugerido que as diferenças no sistema nacional de governança também sejam determinadas por fatores culturais e históricos, como o envolvimento de *stakeholders* e reputação. Apesar deste tipo de pesquisa não focar especificamente em problemas de processos de governança, são identificados fatores institucionais importantes que podem afetar a eficácia e a eficiência da governança corporativa (AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011).

2.3 Legitimidade, governança corporativa e divulgação de informações socioambientais

Diversas estruturas organizacionais formais advêm de reflexões sobre regras institucionais racionalizadas. Assim, as regras institucionais funcionam como símbolos que as

organizações incorporam, ganhando legitimidade, recursos, estabilidade e aumento do prospecto de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977).

Conforme Meyer e Rowan (1977), as estruturas organizacionais da sociedade moderna são originadas em contextos altamente institucionalizados, permitindo que novas organizações surjam considerando o contexto existente, e também fazendo com que aquelas que já existem incorporem práticas e procedimentos predominantes e institucionalizados na sociedade.

Os autores supracitados argumentam que as organizações que agem desta maneira aumentam sua legitimidade e sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos. Assim, a estrutura formal da organização, representada pelo diagrama das atividades, departamentos, cargos, processos e programas associados às práticas e objetivos organizacionais, reflete não apenas as demandas de suas atividades, mas também o ambiente institucional no qual estão inseridas.

Para Aguilera et al. (2008), a relação entre governança corporativa e CSR pode ser analisada pelo efeito causado pelas ações dos gestores corporativos que fazem parte da estrutura formal organizacional e participam do processo de tomada de decisão.

As ações e decisões desses gestores permeiam a estrutura formal de governança representada pelo conjunto de mecanismos e práticas que objetivam garantir que eles ajam de maneira a proteger, gerar e distribuir a riqueza investida na organização por e para os acionistas e stakeholders (AGUILERA et al., 2008; FILATOTCHEV; NAKAJIMA, 2014).

De forma a corroborar, Aguilera e Jackson (2003) destacam a ênfase da pesquisa em governança corporativa no papel dos gestores no processo de tomada de decisão inserido na estrutura de mecanismos de governança, além do processo de prestação de contas às partes interessadas.

De Graaf e Stoelhorst (2013) argumentam que o processo de prestação de contas pode ser considerado um dos resultados da estrutura de governança, incluindo a divulgação de informações voluntárias (i.e., práticas e políticas de divulgação de informações socioambientais).

Além das informações divulgadas terem a função de prestação de contas, Cho e Patten (2007) alegam que as organizações tendem a legitimar suas atividades por meio de divulgações discricionárias a fim de alterar a percepção do público sobre suas atividades.

No contexto da divulgação ambiental, a gestão tende a afirmar que suas operações não causam danos ao ambiente, fato que pode não ser necessariamente verdade ou pode não ser percebido como verdade (LIAO et al., 2015), podendo ser relevante a forma de sinalização de informações voluntárias.

Conforme Brown, de Jong e Levy (2009), nas duas últimas décadas o número e a popularidade dos códigos de conduta têm aumentado, incluindo os códigos produzidos por empresas individuais, associações, organizações intergovernamentais e pela colaboração entre partes de interesses diversos, como o Acordo das Nações Unidas, os Princípios de Ceres e a OECD, uma vez que as orientações contidas nestes códigos se apresentam como uma forma de legitimidade e visibilidade das organizações.

2.4 Global Reporting Initiative - GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é a estrutura conceitual mais conhecida para a divulgação voluntária da performance ambiental e social das organizações e tem sido institucionalizada com sucesso por fazer parte das rotinas e práticas operacionais de centenas

de empresas no mundo todo (BROWN; DE JONG; LESSINDRENSKA, 2009; LEVY; BROWN; DE JONG, 2009).

Para Levy, Brown e de Jong (2010) o relatório GRI tem ganhado legitimidade difundida não apenas pela conformidade das organizações, mas também pela obtenção do reconhecimento oficial de agências governamentais e organizações multilaterais como as Nações Unidas.

A *Global Reporting Initiative* – GRI é uma organização internacional sem fins lucrativos que atua na área relacionada à sustentabilidade, com o objetivo de promover a utilização de relatórios sobre este aspecto, como forma de tornar as organizações mais sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento também sustentável (GRI, 2014).

Deegan (2002) destaca que a literatura provê evidências de que o reporte social e ambiental da corporação é motivado pelo desejo dos gestores de legitimar vários aspectos de sua organização, sendo uma estratégia de grande valorização da mesma.

A publicação dos relatórios pode ser considerada uma boa prática que enfatiza o valor de integrar a sustentabilidade como estratégia de negócio e de gestão fundamental, sendo esta uma fronteira para a competitividade. Ainda, tal prática responde às necessidades de melhorias na transparência corporativa tanto para recuperar a confiança no setor privado quanto para atrair investimentos, que são cada vez mais orientados por fatores ambientais, sociais e de governança (GRI, 2014).

2.5 Relatório de Sustentabilidade

De acordo com a GRI (2014), um relatório de sustentabilidade tem o objetivo de reportar os impactos econômicos, ambientais e sociais causados pelas atividades diárias das empresas e organizações, além de apresentar seus valores e modelo de governança.

A estrutura proposta pela estrutura conceitual da GRI inclui orientações para reporte, orientações para os setores e outros recursos, promovendo a transparência e a prestação de contas, fatores que podem construir a confiança das partes interessadas (*stakeholders*) na organização por meio de métricas e sistemas para mensurar e reportar impactos relacionados à sustentabilidade e à performance das organizações.

O desenvolvimento da estrutura de relatório proposta pela GRI, anteriormente chamada *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), contou com a participação de especialistas de empresas, da sociedade civil e do movimento sindical, que resultou nas diretrizes divulgadas pelos relatórios denominados *Guidance*, que está na quarta versão (GRI, 2014).

Também na quarta versão é possível verificar o processo a ser adotado pela organização na tomada de decisão consistente com os princípios de reporte, que são divididos em dois grupos: princípios para definição do conteúdo a ser relatado, e princípios que definem a qualidade do reporte (GRI, 2013).

No que se refere aos padrões de divulgação, a organização destaca dois tipos: os padrões gerais e os padrões específicos. Os padrões gerais são compostos por itens acerca da estratégia e análise, perfil organizacional, identificação de aspectos materiais e suas fronteiras, engajamento dos *stakeholders*, perfil do relatório, governança, ética e integridade (GRI, 2013).

Já os padrões de divulgação específicos dizem respeito às categorias com informações econômicas, ambientais e sociais, sendo a última categoria subdividida em práticas trabalhistas e adequação no ambiente de trabalho, direitos humanos, sociedade e responsabilidade sobre a forma como o produto afeta os *stakeholders* e os consumidores.

Tais informações objetivam refletir os impactos gerados pela organização nos itens considerados, contribuindo para a avaliação e a tomada de decisão das partes que se relacionam com a empresa (GRI, 2014). O quadro 1 apresenta os padrões específicos e suas categorias para análise.

Quadro 1 – Padrões específicos de divulgação considerados nas orientações da GRI

Categoria	Sub-categorias	Aspectos da GRI considerados para divulgação
Econômica	-	Performance econômica; Presença no mercado; Impactos econômicos indiretos; Práticas de compra.
Ambiental	-	Materiais; Energia; Água; Biodiversidade; Emissões; Efluentes e resíduos; Produtos e serviços; Conformidade; Transporte; <i>Overall</i> (informa o total de gastos em proteção ambiental); Avaliação ambiental do fornecedor; Mecanismos para reclamações ambientais.
Social	Práticas trabalhistas e adequação no ambiente de trabalho	Número de empregos e rotatividade; Relação empregados-gestão; Saúde ocupacional e segurança; Treinamento e educação; Diversidade e oportunidades igualitárias; Remuneração igualitária para homens e mulheres; Avaliação dos fornecedores para práticas de trabalho; Mecanismos para reclamações de práticas trabalhistas.
	Direitos humanos	Investimento; Não discriminação; Liberdade de associação e coletividade; Trabalho infantil; Trabalho forçado ou obrigatório; Práticas de segurança; Incidentes envolvendo direitos de pessoas naturais da região; Avaliação referente aos direitos humanos na cadeia de suprimento; Mecanismos para reclamações envolvendo direitos humanos.
	Sociedade	Comunidade local; Comunicação e treinamento em procedimentos e práticas anticorrupção; Políticas públicas; Comportamento não competitivo; Conformidade; Avaliação sobre os impactos gerados pelos fornecedores na sociedade; Mecanismos para reclamações sobre impactos na sociedade.
	Responsabilidade pelo produto	Saúde e segurança do consumidor; Informações disponíveis no rótulo do produto; não conformidade com regulamentações e códigos voluntários sobre comunicação com o mercado; Privacidade do consumidor; Conformidade com a regulamentação vigente.

Fonte: adaptado de *G4 sustainability reporting guidelines* (GRI, 2013)

2.6 Desenvolvimento dos argumentos

Gray, Kouhy e Lavers (1995) destacam que as questões relacionadas à CSR não estão consagradas na legislação corporativa, tendo como resultado a prática não sistematizada, além

da falta de reconhecimento e definição universal. Deegan (2002) argumenta que, na perspectiva da legitimidade, considera-se que a sobrevivência de uma organização é ameaçada caso a sociedade perceba que ela quebrou o contrato social.

Dada a dificuldade de se mensurar a performance ambiental das organizações em geral (LUO; TANG, LAN; 2013), a estrutura proposta pela GRI é utilizada neste trabalho como uma proxy para que seja observada a propensão em divulgar as informações sobre responsabilidade socioambiental como fator que promove a legitimidade pelo fato de ser um padrão de divulgação amplamente aceito, mas não obrigatório.

Luo, Tang e Lan (2013) argumentam que os gestores não são pressionados apenas por questões externas mas também internas na decisão de divulgação de informações de CSR, sendo que estas questões podem ter origem em vários fatores culturais e institucionais como a tradição do setor, a filosofia da gestão, a estrutura organizacional e a *expertise*. Para os autores, na ausência de requerimentos legais obrigatórios, a decisão de divulgar é resultado da análise do custo-benefício.

Se uma firma opta por melhorar seu sistema de governança corporativa, esta tende a agir em função da racionalidade financeira, enquanto aquela que investe também em fundamentações sociais está provavelmente motivada pelo racional complexo que envolve argumentos socioambientais (GIRERD-POTIN; JIMENEZ-GARCÈS; LOUVET, 2014).

Neste mesmo sentido, Ntim e Soobaroyen (2013) observaram que as corporações com governança corporativa mais completa tendem a possuir uma agenda social mais responsável, sendo tal argumento fundamentado também nas evidências de que boas práticas e estruturas de governança estão associadas ao melhor monitoramento.

Para eles, do ponto de vista da nova teoria institucional, a adoção de boas práticas de governança corporativa e de práticas associadas à divulgação de informações socioambientais (CSRD) pode promover a legitimidade das estruturas e operações corporativas pela melhor reputação da organização.

Conforme Jamali et al. (2008), a governança corporativa tem sido teorizada como uma dimensão, um pilar ou complemento das práticas de CSRD. Para os autores, a ligação entre governança corporativa e CSRD torna-se mais visível quando é utilizada uma concepção mais ampla de governança que não requer apenas honestidade, transparência e prestação de contas, mas também responsabilidade com os demais *stakeholders*.

Sobre a interação entre o sistema de governança e o ambiente institucional, Ahrens, Filatotchev e Thomsen (2011) destacam que a perspectiva denominada “*law and economics*” tem como pressuposto que diferentes países apresentam diferentes sistemas de governança que levam a diferenças na natureza e extensão dos problemas de agência em nível organizacional, ligando, assim, as diferenças institucionais às tradições legais que sustentam as leis corporativas em diferentes economias.

Conforme Hall e Gingerich (2009), diferenças no sistema nacional de governança podem também ser conduzidas por fatores culturais e históricos como o envolvimento dos *stakeholders*, considerações sobre reputação, e não apenas pelo âmbito legal.

Estudos recentes que combinam as teorias de Agência e Institucional têm demonstrado que diferenças nas instituições nacionais podem impactar a efetividade do nível de governança corporativa diferentemente de abordagens anteriores, nas quais a Teoria de Agência era

caracterizada como universal e poderia ser aplicada em diferentes contextos da mesma maneira (AHRENS; FILATOTCHEV; THOMSEN, 2011).

Os autores destacam que nos estudos em “*law and economics*” têm sido cada vez mais argumentado que a efetividade dos mecanismos de governança corporativa deve diferir de país para país e é moderado pelas características institucionais do sistema econômico.

Considerando o aspecto das pressões externas, Luo, Lan e Tang (2012) desenvolvem seu trabalho tendo a hipótese de que a divulgação sobre informações relacionadas à emissão de carbono está associada a pressões sociais, do mercado financeiro, econômicas, regulatórias e institucionais, que geram incentivos para divulgação e a utilização de políticas de relacionadas a este aspecto.

Os autores destacam que a pressão do mercado financeiro tem origem por parte dos acionistas e credores para os quais os gestores devem prestar contas, sendo que a falha na divulgação da informação pode ser percebida como resultante em maior assimetria de informação entre gestão e fornecedores de capital, aumentando, assim, o custo de capital (LUO; LAN; TANG, 2012).

Considerando-se os argumentos fundamentados na Nova Teoria Institucional sobre a legitimidade como recurso fundamental para sobrevivência de longo prazo das organizações e que esta legitimidade tem origem na aceitação de normas, convenções, regras e práticas corporativas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; SUCHMAN, 1995), argumenta-se que a adoção de práticas de divulgação de CSR amplamente aceitas pode promover a legitimidade da organização.

Considerando a difundida aceitação do padrão de relatório GRI (LEVY; BROWN; DE JONG, 2010), e em consonância com a literatura sobre governança corporativa e ambiente institucional, são analisadas três hipóteses neste trabalho:

H1: A estrutura da governança corporativa das organizações influencia a decisão de se utilizar o padrão de relatório GRI para divulgação de informações socioambientais.

H2: Organizações com mecanismos de governança diretamente relacionados com responsabilidade socioambiental tendem a utilizar o padrão GRI.

H3: O ambiente institucional também influencia a decisão dos gestores de utilizar o relatório GRI.

3 Metodologia

3.1 Amostra e coleta de dados

A amostra foi selecionada a partir das 100 (cem) maiores empresas do banco de dados Económatica®, classificadas em ordem decrescente pelo valor de seus ativos no final de 2013. No momento da coleta dos dados nos *sites* das empresas, algumas delas tinham sido compradas ou não disponibilizavam todos os dados necessários, reduzindo a amostra para 96 empresas.

Corrar et al. (2007) destacam que, apesar de não haver consenso na literatura a respeito da quantidade de observações, são indicadas 30 (trinta) para cada parâmetro avaliado. Considerando que são abordados 3 (três) parâmetros (i.e., pressões internas, pressões externas e ambiente institucional), optou-se por utilizar 100 (cem) empresas, esperando-se a possibilidade de fatores que poderiam diminuir a amostra no momento da coleta de dados (i.e., *missing values*).

Outro aspecto considerado na opção da amostra se refere ao porte das empresas. Entende-se que aquelas com maiores ativos demandam, naturalmente, maior aplicação de recursos originados de credores e acionistas, agentes econômicos estes que estão diretamente relacionados a 2 (dois) construtos deste trabalho.

As empresas selecionadas têm sede em 5 (cinco) países: Estados Unidos, Brasil, Colômbia, México e Chile. Os dados referentes à governança corporativa foram coletados nos *sites* de cada organização, enquanto os dados que refletem a pressão dos acionistas e credores foram retirados do Economática®. Para análise do ambiente institucional, foram utilizados os dados do *Worldwide Governance Indicators* (WGI).

3.2 Construtos e variáveis

Conforme Aguilera et al. (2007), o fato de as organizações fazerem parte de diferentes sistemas nacionais dará a elas diferentes graus de pressões internas e externas para se comprometerem com iniciativas de responsabilidade social.

Neste sentido, o presente trabalho analisa as pressões internas pela perspectiva da governança corporativa, e pressões externas representadas pela pressão exercida por acionistas, credores e ambiente institucional legal, conforme Quadro 2.

As variáveis que representam a estrutura de governança corporativa foram analisadas como aspectos relacionados às pressões internas para utilização de padrões de divulgação amplamente aceitos, enquanto a pressão exercida por acionistas, credores e ambiente institucional está ligada a motivações externas. As variáveis utilizadas foram selecionadas a partir da revisão de literatura. Abaixo seguem as motivações para tal escolha.

Quadro 2 – Construtos, variáveis e forma de mensuração

Construto	Variável	Forma de mensuração
Utilização de padrão de divulgação amplamente aceito	GRI	Variável dicotômica – se utiliza padrões de divulgação GRI, então 1; se não utiliza, então 0
Pressões internas: composição da estrutura de governança	Nível de independência do conselho	Mensurado pela proporção entre número de conselheiros independentes em relação ao tamanho do conselho
	Comitê de auditoria - COMAUD	Variável dicotômica – se tem comitê de auditoria, então 1; se não tem, então 0
	Auditoria externa	Variável dicotômica – se tem auditoria externa, então 1; se não tem, então 0
	Comitê relacionado a reinvestimento na comunidade, sustentabilidade, políticas	Variável dicotômica – se tem comitê relacionado à CSR, então 1; se não tem, então 0

	públicas ou relacionados - COMCSR	
Pressões externas relacionadas diretamente às organizações	Pressão exercida pelos acionistas - ACI	Mensurado pela proporção do montante de recursos captados junto a acionistas
	Pressão exercida pelos credores - CRED	Mensurado pela proporção do montante de recursos captados junto a credores
Pressões externas do ambiente institucional legal do país	WGI	<i>World Governance Indicator</i>

Fonte: elaborado pela autora

Independência do conselho - A OECD (2004) enfatiza o conselho mais independente como uma boa prática de governança corporativa. Diretores independentes são percebidos como uma ferramenta para monitorar o comportamento da gestão, aumentando a probabilidade de divulgação de informações de maneira voluntária (FAMA; JENSEN, 1983; ROSENSTEIN; WYATT, 1990).

Em se tratando especificamente de questões socioambientais, Liao, Luo e Tang (2015) observaram que diretores independentes demonstram maior tendência à transparência ecológica. Choudhary, Schloetzer e Sturgess (2013) também verificaram a relação positiva entre conselheiros independentes e qualidade da divulgação.

Eng e Mak (2003) utilizam como proxy o número de diretores independentes a fim de verificar a relação entre a composição dos conselhos e a divulgação voluntária. Os autores observaram que a composição do conselho afeta o nível de divulgação.

Gul e Leung (2004) observaram que a presença de diretores independentes (i.e., não executivos) modera a relação entre a dualidade do CEO (i.e., CEOs que servem também como conselheiros), e as questões relacionadas ao *disclosure* corporativo.

Auditoria externa - A OECD (2004) destaca que a garantia da integridade do sistema de reporte contábil e financeiro de uma organização, incluindo auditores independentes, bem como a conformidade com a lei e padrões relevantes, estão entre as funções a serem desempenhadas pelos conselhos.

Kuasirkun e Sherer (2004) observaram que as organizações não oferecem informações detalhadas sobre os impactos de suas atividades e ações no meio ambiente e, por muitas vezes, tais informações não são auditadas. Para eles, existe dificuldade por parte dos investidores e do público para adquirir conhecimento suficiente sobre a exata maneira que as atividades da organização impactam o ambiente e a comunidade.

Comitê de auditoria - Ho e Wong (2001) observaram que a existência de um comitê de auditoria é significativa e positivamente relacionada à extensão de divulgação voluntária. Dentre as funções do comitê de auditoria destaca-se a promoção de maior qualidade das informações financeiras e dos sistemas de controle, sendo percebido como umas das questões associadas à qualidade da governança (COLLIER, 1993).

Barako, Hancock e Izan (2006) verificaram que a presença do comitê de auditoria está associada ao maior nível de divulgação voluntária. Yu (2013) e Agrawal e Chadha (2005) observaram que a incidência de fraudes e manipulação de resultados é menor em organizações nas quais o conselho inclui diretores independentes e comitês de auditoria.

Comitê de responsabilidade socioambiental – Fransen (2012) analisa a evolução de formas voluntárias de regulamentação privada para questões sociais e ambientais, com foco nas diferentes formas de governança e suas iniciativas voltadas para o negócio, e aquelas voltadas para os vários *stakeholders*.

O autor destaca que as estruturas de governança que não têm representatividade dos *stakeholders* desestabilizam os programas que envolveriam diversos *stakeholders*, reforçando a perspectiva da relevância de comitês relacionados a assuntos específicos. Desta maneira, é argumentado que diferenças no modelo interno de governança afetarão a operação global de governança social e/ou ambiental. Liao, Luo e Tang (2015) demonstram que a presença de um comitê relacionado à sustentabilidade ambiental está associada à maior tendência à transparência em questões relacionadas à CSR.

Pressões externas: exercidas pelos acionistas, credores e ambiente institucional legal – Luo, Lan e Tang (2012) observaram que os acionistas de grandes empresas tendem a desempenhar menor influência na divulgação de assuntos relacionados à responsabilidade ambiental. Em relação à influência por parte dos credores, Barako, Hancock e Izan (2006) destacam que grandes empresas tendem a divulgar mais informações voluntariamente, podendo seus credores impactar as decisões sobre o reporte.

Por sua vez, Liao, Luo e Tang (2015) destacam que a divulgação de resultado tende a ser significativamente associada às pressões governamentais sobre o assunto, enquanto os credores e acionistas tendem a exercer menor pressão por este tipo de informação.

Em se tratando do ambiente institucional legal, Witt e Redding (2012) sugerem que a percepção dos executivos de alto escalão sobre o propósito da firma e o significado da responsabilidade social varia de acordo com os contextos culturais e institucionais. De forma consonante à Barakat, Pérez e Ariza (2014), foi utilizado como proxy para o ambiente institucional legal o índice *Worldwide Governance Indicators*, projeto de longa duração com índices de governança de mais de 200 países.

4 Análise dos Resultados

Em função de a presente pesquisa ter como variável dependente a utilização (ou não) do padrão GRI como ferramenta de legitimação, faz-se relevante a utilização de uma técnica estatística por meio da qual seja possível ‘predizer ou explicar valores de uma variável binária em função de valores conhecidos de outras variáveis’ (CORRAR et al., 2007, p. 297).

Para estimação dos modelos, consideraram-se as seguintes variáveis: presença/ausência de auditoria externa; presença/ausência de comitê de auditoria; nível de independência do conselho; presença/ausência de comitê relacionado a reinvestimento na comunidade, sustentabilidade, políticas públicas ou relacionados; a pressão exercida pelos acionistas (ACI); a pressão exercida por credores (CRED); e a pressão exercida pelo ambiente institucional (WGI).

Os modelos estimados variam na forma como as variáveis foram utilizadas, considerando-se, primeiramente, as pressões internas e externas que são singulares às organizações e, posteriormente, inserindo a variável contextual (i.e., ambiente institucional). Desta maneira, no primeiro modelo foram utilizadas as variáveis relacionadas à estrutura de

governança de maneira conjunta, com exceção da presença de comitê relacionado à CSR, já que esta faz parte da compreensão de uma das hipóteses.

A este conjunto composto pelas variáveis ‘presença de auditoria externa’, ‘presença de comitê de auditoria’, e ‘nível de independência do conselho’, denominou-se ‘aspectos internos de governança’. Observou-se que se o modelo se deixasse guiar apenas pela situação em que se enquadra a maioria dos casos observados, o percentual de acerto nas classificações seria de 51%.

Para interpretação dos resultados obtidos com os testes Cox & Snell e Nagelkerke é possível verificar que quanto mais próximo de 1 o coeficiente, uma quantidade maior da variação dos dados em análise pode ser explicada pelo modelo. Por meio do primeiro teste, observa-se que 60,4% das variações ocorridas no log da razão de chance são explicadas pelo conjunto de variáveis e, pela medida apresentada no teste Nagelkerke, pode-se considerar que 80,5% das variações registradas na variável dependente podem ser explicadas.

O teste Hosmer e Lemeshow possibilita testar a hipótese de que não há diferenças significativas entre os resultados preditos pelo modelo e os observados (CORRAR et al., 2007, p.308). Desta maneira, o nível de significância de 0,355 demonstra que os valores preditos não são significativamente diferentes dos observados. Abaixo, a tabela resumo das estatísticas.

Tabela 1 – Resumo das estatísticas da Regressão Logística

Estatística	Resultado
Teste Omnibus - Chi-quadrado	88,901 (sig 0,000)
Cox & Snell R quadrado	0,604
Nagelkerke R quadrado	0,805
Teste Hosmer e Lemeshow	8,855 (sig 0,355)

Fonte: elaborado pela autora

Pelo quadro de classificação final que considera o percentual de acerto das classificações com as variáveis independentes, observa-se que o percentual de acerto do modelo sobe de 51% - considerando-se apenas a situação em que se enquadra a maioria dos casos - para 89,1% ao utilizar o modelo.

Desta maneira, primeiramente examinou-se a influência das pressões internas e externas diretamente relacionadas com a organização, desconsiderando-se momentaneamente o ambiente institucional. Uma vez que a presença de um comitê de responsabilidade socioambiental é uma variável de interesse para que se possa verificar a hipótese 2, ela foi analisada separadamente, conforme o seguinte modelo:

$$P(GRI) = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1 AIGOV + b_2 COMCSR + b_3 CRED + b_4 ACI)}}$$

Onde: *AIGOV* corresponde a aspectos internos de governança; *COMCSR* a Comitê de Responsabilidade Socioambiental; *CRED* a pressão dos credores; e *ACI* a pressão dos acionistas. Na tabela 2 apresenta-se o resumo das estatísticas do modelo. Observa-se que, em um nível de significância de 0,05, há indícios de que as variáveis podem ser utilizadas na composição do modelo já que seus coeficientes não são nulos (nível de significância <0,05).

Tabela 2 – Resumo das estatísticas da Regressão Logística para modelo sem considerar a variável do ambiente institucional legal

Variáveis na equação	B	Wald	Sig
----------------------	---	------	-----

Aspectos internos de governança corporativa	5,303	25,419	0,000
Comitê responsabilidade socioambiental	4,794	13,284	0,000
Pressão dos credores	-1,383	7,827	0,005
Pressão dos acionistas	5,549	11,729	0,001
Constante	-22,909	25,071	0,000

Fonte: elaborado pela autora

Ainda considerando as discussões sobre as pressões internas e externas, a literatura apresenta variáveis externas que não são ligadas individualmente à organização, mas ao contexto, como é o caso do ambiente institucional, e outras que são idiossincráticas às empresas, como a relação com credores e acionistas. Assim, é proposto um segundo modelo no qual foi inserida a variável denominada ‘ambiente institucional’, utilizando-se como proxy o índice WGI, e tratando conjuntamente os aspectos que representam pressões internas, conforme segue:

$$P(GRI) = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1 AIGOV + b_2 AINST + b_3 CRED + b_4 ACI)}}$$

Onde: *AIGOV* refere-se aos aspectos internos de governança corporativa, *AINST* ao ambiente institucional, *CRED* à pressão dos credores, e *ACI* à pressão dos acionistas.

Conforme apresentado na tabela 3 abaixo, não foi possível verificar que a variável “ambiente institucional” exercesse efeito sobre a variável dependente (i.e., GRI), apresentando nível de significância de 0,115. Cabe destacar que, ao inserir tal variável, aquelas variáveis denominadas ‘pressões dos credores’ e ‘pressões dos acionistas’ também deixam de ser significativas, passando a ter nível de significância de 0,197 e 0,216, respectivamente. Destaca-se também que a variável ‘aspectos internos’, representada pela estrutura de governança corporativa, manteve-se significativa (*sig*=0,00).

Tabela 3 – Resumo das estatísticas da Regressão Logística para modelo considerando a variável do ambiente institucional legal

Variáveis na equação	B	Wald	Sig
Aspectos internos de governança corporativa	3,102	23,03	0,000
Ambiente Institucional Legal	-0,838	2,485	0,115
Pressão dos credores	-0,69	1,667	0,197
Pressão dos acionistas	1,453	1,528	0,216
Constante	-9,159	12,655	0,000

Fonte: elaborado pela autora

Apesar de tal resultado não corroborar com diversas publicações, ressalta-se que o modelo de divulgação GRI não tem caráter obrigatório, fato que indica que não apenas as instituições legais dos países mas também aquelas relacionadas à legitimação podem exercer influência sobre as decisões da forma como os resultados associados à CSR serão divulgados.

Desta maneira, a hipótese 1 (H1: A estrutura da governança corporativa das organizações influencia a decisão de se utilizar o relatório GRI para divulgação de informações

socioambientais) deixou de ser rejeitada, já que se apresentou significativa na composição dos dois modelos.

Também a hipótese 2 (H2: Organizações com mecanismos de governança diretamente relacionados com responsabilidade socioambiental tendem a utilizar o relatório GRI) deixou de ser rejeitada, demonstrando a influência exercida por mecanismos de governança diretamente associados às questões de CSR no processo de tomada de decisão sobre divulgação destas informações.

Já a hipótese 3 (H3: O ambiente institucional também influencia a decisão dos gestores de utilizar o relatório GRI) foi rejeitada uma vez que a variável WGI não se apresentou significativa no modelo nem fora dele.

5 Conclusão

Conforme observado na revisão da literatura, diversos aspectos contribuem para a determinação da forma de divulgação de informações voluntárias nas organizações. Dentre estes aspectos, os que são relativos à governança corporativa têm sido frequentemente utilizados nos estudos que se referem à divulgação de informações socioambientais.

Tal relevância pode-se dar em função do fato de a estrutura de governança fazer parte do processo decisório da organização que direciona as estratégias. Argumenta-se também que não apenas fatores internos influenciam as decisões sobre divulgação de informações voluntárias, mas também aspectos externos, como o ambiente institucional legal e a pressão exercida por partes que tenham interesse na empresa (i.e., acionistas e credores).

Ao se considerar as pressões tanto internas quanto externas na tomada de decisão sobre os padrões de divulgação de informações amplamente aceitos, e considerando-se também que tais padrões teriam função de legitimar ‘o direito de estar’ da empresa, procura-se analisar fatores que motivam tal relação.

Observou-se na presente pesquisa que, para a amostra estudada, a estrutura de governança corporativa exerce influência na tomada de decisão de se utilizar padrões amplamente difundidos. A existência de um mecanismo de governança corporativa relacionado a atividades de responsabilidade socioambiental apresentou-se significante na utilização destes padrões de divulgação, reforçando o papel de mecanismos de governança neste tipo de tomada de decisão.

Na literatura é possível observar resultados de pesquisas que indicam a governança corporativa como fator relevante nas determinações das políticas e estratégias corporativas ligadas à CSR. Complementarmente, verificou-se que esta relação tende a se expandir para os padrões de divulgação amplamente aceitos.

Considerando a perspectiva de legitimidade da Nova Teoria Institucional, tal resultado permite inferir que empresas com estrutura de governança corporativa mais próxima dos padrões indicados e que tenham órgãos diretamente relacionados com responsabilidade socioambiental tendem a decidir por estratégias de divulgação que visam legitimar seu comportamento (i.e., divulgando por meio de padrões amplamente aceitos e difundidos).

Não foi possível observar se o contexto institucional legal influencia a utilização de padrões de divulgação amplamente aceitos. Tal observação possivelmente tem origem no fato de que neste trabalho está sendo considerada a divulgação de informações voluntárias e não obrigatórias.

Este resultado corrobora para a perspectiva de legitimação, uma vez que a divulgação de informações de caráter não obrigatório por meio de padrões amplamente aceitos tem objetivos que vão além do cumprimento da legislação vigente no país.

Uma vez que o ambiente legal não influencia a divulgação de informações de caráter voluntário, e que outros aspectos como a estrutura de governança e a relação da empresa com os *stakeholders* apresentaram-se significantes, é possível inferir que a divulgação por meio de padrões amplamente aceitos tem caráter mais amplo que a própria obrigatoriedade, caráter este que recai em questões relacionadas à percepção que diversas partes têm sobre a empresa, partes estas que, de alguma forma, podem contribuir para a obtenção de recursos fundamentais para a organização.

Os resultados positivos sobre a influência das pressões exercidas por credores e acionistas também corroboram para a perspectiva de legitimação, uma vez que credores e acionistas são partes interessadas nas atividades da organização. Este resultado está em consonância com pesquisas anteriores que observaram que estes fatores externos influenciam a tomada de decisão sobre divulgação de informações voluntárias como forma de legitimar a atuação da organização perante seus *stakeholders*.

Esta pesquisa objetiva contribuir para as discussões a respeito das motivações institucionais de utilização de padrões amplamente aceitos. Nesta linha, seriam relevantes estudos que considerassem mais de um período de análise e diferentes amostras. Estudos sobre a relação entre institucionalização de padrões de códigos de conduta/padrões de divulgação e a percepção dos *stakeholders* sobre a organização também são apresentados como extensões deste estudo.

Referências

- AGRAWAL, A; CHADHA, S. Corporate governance and accounting scandals. **Journal of Law and Economics**, v. 48, p. 371–406, 2005. DOI: 10.1086/430808
- AGUILERA, R. V; JACKSON, G. The cross-national diversity of corporate governance: Dimensions and determinants. **Academy of management review**, v. 28, n. 3, p. 447-465, 2003. doi: 10.5465/AMR.2003.10196772.
- AGUILERA, R. V. et al. Putting the S back in corporate social responsibility: A multilevel theory of social change in organizations. **Academy of management review**, vol. 32, n. 3, p. 836-863, 2007. doi: 10.5465/AMR.2007.25275678
- AGUILERA, R. V. et al. An organizational approach to comparative corporate governance: Costs, contingencies, and complementarities. **Organization Science**, v. 19, n. 3, p. 475-492, 2008. doi: 10.1287/orsc.1070.0322.
- AHRENS, T.; FILATOTCHEV, I.; THOMSEN, S. The research frontier in corporate governance. **Journal of Management & Governance**, v. 15, n. 3, p. 311-325, 2011. doi:10.1007/s10997-009-9115-8.

BARAKAT, F.S.Q.; PÉREZ, M.V.L.; ARIZA, L.R. Corporate social responsibility disclosure (CSRD) determinants of listed companies in Palestine (PXE) and Jordan (ASE). **Review of Managerial Science**, v. 9, n. 4, p. 681-702. doi: 10.1007/s11846-014-0133-9

BARAKO, D.G.; HANCOCK, P.; IZAN, H.Y. Factors influencing voluntary corporate disclosure by Kenyan companies. **Journal of Corporate Governance**, v.14, n. 2, p.107-125, 2006. doi: 10.1080/10291954.2015.999471.

BAYSINGER, B. D.; HOSKISSON, R. E. The composition of boards of directors and strategic control: Effects on corporate strategy. **Academy of Management Review**, v.15, n. 1, p. 72–87, 1990. doi: 10.5465/AMR.1990.4308231.

BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate social responsibility and institutional theory: New perspectives on private governance. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 1, p. 3-28, 2012. doi: 10.1093/ser/mwr030.

BROWN, H.S.; DE JONG, M.; LESSINDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative (GRI) as a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, v. 18, n. 2, p. 182-200, 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/09644010802682551>

_____ ; DE JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v.17, n. 6, p. 571-580, 2009. doi: 10.1080/09644010802682551.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7, p. 639-647, 2007. doi: 10.1016/j.aos.2006.09.009.

CHOUDHARY, P.; SCHLOETZER, J. D; STURGESSION, J. D. Boards, auditors, attorneys, and compliance with mandatory SEC disclosure rules. **Managerial and Decision Economics**, v. 34, n. 7-8, p. 471–487, 2013. doi: 10.1002/mde.2623.

COLLIER, P. Factors affecting the formation of audit committees in major UK listed companies. **Accounting and Business Research**, v. 23, n. 91, p. 421–430, 1993. doi: 10.1080/00014788.1993.9729909.

CORRAR, L.J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J.M. (Coord.). **Análise multivariada:** para cursos de administração, ciências contábeis, atuariais e financeiras. São Paulo: Atlas, 2007.

DACIN, M.T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W.R. Institutional theory and institutional change: Introduction to the special research forum. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 45-57, 2002.

DE GRAAF, F. J; STOELHORST, J. W. The role of governance in corporate social responsibility: Lessons from Dutch finance. **Business Society**, v. 52, n. 2, p. 282-317, 2013.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. doi: 10.1108/09513570210435852.

DI MAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American sociological review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

ENG, L.L.; MAK, Y.T. Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 22, n. 4, p. 325-345, 2003. doi: 10.1016/S0278-4254(03)00037-1.

FAMA, E.; JENSEN, M. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, n. 2, p. 301–326, 1983.

FILATOTCHEV, I.; BOYD, B.K. Taking stock of corporate governance research while looking to the future. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, n. 3, p. 257-265, 2009. doi: 10.1111/j.1467-8683.2009.00748.

_____ ; NAKAJIMA, C. Corporate governance, responsible managerial behavior, and corporate social responsibility: Organizational efficiency versus organizational legitimacy? **The Academy of Management Perspectives**, v. 28, n. 3, p. 289-306, 2014. doi: 10.5465/amp.2014.0014.

FRANSEN, L. Multi-stakeholder governance and voluntary program interactions: Legitimation politics in the institutional design of corporate social responsibility. **Socio-Economic Review**, vol. 10, n.1, p. 163–191, 2012. doi: 10.1093/ser/mwr029.

FREEMAN, R.E.; REED, D. L. Stockholders and stakeholders: A new perspective in corporate governance. **California Management Review**, v. 25, n.3, p. 88-103, 1983.

GIRERD-POTIN, I.; JIMENEZ-GARCÈS, S.; LOUVET, P. Which dimensions of social responsibility concern financial investors? **Journal of Business Ethics**, v. 121, n. 4, p. 559-576, 2014. doi:10.1007/s10551-013-1731-1.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em:
<<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/alliances-and-synergies/Pages/IFC.aspx>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. G4 sustainability reporting guidelines. Disponível em:
<<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part2-Implementation-Manual.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2014.

GRAAF, F.J; STOELHORST, J.W. The Role of Governance in Corporate Social Responsibility. **Business & Society**, v. 52, n. 2, p. 282 –317, 2013.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995. doi: 10.1108/09513579510146996.

GUL, F. A.; LEUNG, S. Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 23, n.5, p. 351–379, 2004. doi: 10.1016/j.jacccpubpol.2004.07.001.

HALL, P.A.; GINGERICH, D.W. Varieties of capitalism and institutional complementarities in the political economy. **British Journal of Political Science**, v. 39, n. 3, p. 449-482, 2009. doi: 10.1017/S0007123409000672.

HANIFFA, R.M; COOKE, T.E. The impact of culture and governance on corporate social reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 5, p. 391-430, 2005. doi: 10.1016/j.jacccpubpol.2005.06.001.

HO, S.S.M.; WONG, K.S. A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 10, n. 2, p. 139-156, 2001. doi: 10.1016/S1061-9518(01)00041-6.

HOSKISSON, R.; YIU, D.; KIM, H. Corporate governance systems: Effects of capital and labor market congruency on corporate innovation and global competitiveness. **Journal of High Technology Management**, v. 15, n. 2, p. 293-307, 2004. doi: 10.1016/j.hitech.2004.03.008.

JAMALI, D.; SAFIEDDINE, A. M.; RABBATH, M. Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Synergies and Interrelationships. **Corporate Governance**, v. 16, n. 5, p. 443-459, 2008. doi: 10.1111/j.1467-8683.2008.00702.x

JUDGE, W. Q. Editorial—toward a global theory of corporate governance. **Corporate Governance: An International Review**, v. 17, n. 2, p. iii-iv, 2009. doi: 10.1111/j.1467-8683.2009.00736.x

_____ ; DOUGLAS, T. J.; KUTAN, A. M. Institutional antecedents of corporate governance legitimacy. **Journal of Management**, v. 34, n. 4, p.765-785, 2008. doi: 10.1108/JAOC-02-2012-0014.

_____ ; LI, S.; PINSKER, R. National adoption of international accounting standards: an institutional perspective. **Corporate Governance: An International Review**, v. 18, n. 3, p. 161-174, 2010. doi: 10.1111/j.1467-8683.2010.00798.x

KUASIRKUN, N.; SHERER, M. Corporate social accounting disclosure in Thailand. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, vol. 17, n. 4, p. 629-660, 2004. doi: 10.1108/09513570410554588.

LEVY, D. L.; BROWN, H. S.; DE JONG, M. The contested politics of corporate governance: the case of the global reporting initiative. **Business & Society**, v. 49, n. 1, p. 88-115, 2010.

LIAO, L.; LUO, L.; TANG, Q. Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure. **The British Accounting Review**, v. 47, n. 4, p. 409-424, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2014.01.002>.

LUO L.; LAN, Y.C.; TANG Q. Corporate incentives to disclose carbon information: evidence from the CDP Global 500 report. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 23, n. 2, p. 93–120, 2012. doi: 10.1111/j.1467-646X.2012.01055.x

_____.; TANG, Q.; LAN, Y. Comparison of propensity for carbon disclosure between developing and developed countries. **Accounting Research Journal**, v. 26, n. 1, p. 6-34, 2013. doi: 10.1108/ARJ-04-2012-0024.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MICHELON, G.; PARBONETTI, A. The effect of corporate governance on sustainability disclosure. **Journal of Management & Governance**, v. 16, n. 3, p. 477-509, 2012. doi:10.1007/s10997-010-9160-3.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NTIM, C.G.; SOOBAROYEN, T. Corporate governance performance in socially responsible corporations: new empirical insights from neo-institutional framework. **Corporate Governance: An International Review**, v. 21, n. 5, p. 468-494, 2013. doi: 10.1111/corg.12026.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) 2004. **OECD principles of corporate governance**, 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724.pdf>>. Acesso: 28 nov. 2014.

ROSENSTEIN, S.; WYATT, J. G. Outside directors, board independence and shareholder wealth. **Journal of Financial Economics**, v. 26, n. 2, p. 175–192, 1990. doi: 10.1016/0304-405X(90)90002-H.

SUCHMAN, M.C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 517-610, 1995. doi: 10.5465/AMR.1995.9508080331.

WITT, M.A; REDDING, G. The Spirits of Corporate Social Responsibility: Senior Executive Perceptions of the Role of the Firm in Society in Germany, Hong Kong, Japan, South Korea, and the United States. **Socio-Economic Review**, v. 10, n.1, 109-134, 2012

WRIGHT, M.; FILATOTCHEV, I.; HOSKISSON, R. E.; PENG, M. W. Strategy research in emerging economies: Challenging the conventional wisdom. **Journal of Management Studies**, v. 42, n. 1, p.1-33, 2005. doi: 10.1111/j.1467-6486.2005.00487.x

YU, X. Securities fraud and corporate finance: Recent developments. **Managerial and Decision Economics**, v. 34, n. 7-8, p. 439–450, 2013. doi: 10.1002/mde.262.